

O desenvolvimento que o Brasil precisa

CHEGOU A HORA DE LUTAR PELA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL QUE PRIORIZE A EDUCAÇÃO E FAÇA O BRASIL AVANÇAR



ARTIGO JURÍDICO

A REGULAMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A EDUCAÇÃO PRIVADA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA O DEBATE PÓS-CONAE

AVANÇOS DA CONAE

O SETOR PRIVADO NO SISTEMA NACIONAL ARTICULADO DE EDUCAÇÃO E OUTRAS CONQUISTAS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ENTREVISTA: EMIR SADER FALA SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUE O BRASIL PRECISA PARA SER MAIS JUSTO E DEMOCRÁTICO



3 EDITORIAL
A hora de
avancar

4 EDUCACIONAL
CONAE - Uma
Conferência Vitoriosa

12 JURÍDICO - ARTIGO
Elementos para o
debate pós-CONAE

18 CAPA
A árvore do
desenvolvimento

22 ENTREVISTA
Emir Sader

28 CURTAS DAS Filiadas

32 COMUNICAÇÃO - ARTIGO
"Extremismo
desestabilizador" da mídia

36 CURTAS DA CONTEE

40 Em Alta
Em Baixa

42 LIÇÃO DE CASA - ARTIGO
A Moodle na
escola

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
 Coordenação Regional Sul: **Cássio Filipe Galvão Bessa**
 Coordenação Regional Sudeste: **Francílio Pinto Paes Leme**
 Coordenação Regional Centro-Oeste: **Edson de Paula Lima**
 Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
 Coordenação Regional Nordeste: **Manoel Henrique Filho**
 Secretária Geral: **Cristina de Castro**
 Secretária de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
 Secretária de Assuntos Jurídicos: **João Batista da Silveira**
 Secretária de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
 Secretária de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
 Secretária de Formação e Políticas Sociais: **Rita Fraga de Almeida Zambon**
 Secretária de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
 Secretária de Questões de Gênero e Etnia: **Nara Teixeira de Souza**

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Tiragem - **3.500 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A hora de *avançar*

Vivemos hoje um momento de grande importância na definição dos rumos que o Brasil irá seguir nos próximos anos. Em função disso, mais do que nunca, o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento nacional sólido, a ser adotado como política de Estado, e que priorize a educação é fundamental para que possamos de fato avançar nas conquistas democráticas e emancipadoras pelas quais tanto lutamos.

Foi pensando nesses desafios que trazemos, nesta edição da CONTEÚDO, uma interessante discussão sobre a necessidade da definição do modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso País. Para aprofundar o tema, leia a entrevista exclusiva com o sociólogo Emir Sader, na qual ele fala até mesmo sobre os impactos das mudanças políticas brasileiras na conjuntura latino-americana. Em artigo, o professor Venício de Lima sinaliza para os riscos da atuação desestabilizadora da mídia no processo eleitoral.

Destacamos as vitórias alcançadas durante a histórica Conferência Nacional de Educação, realizada no início de abril, ressaltando o protagonismo dos trabalhadores em estabelecimento de ensino nas discussões e deliberações da atividade – entre elas, a inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional Articulado de Educação. Além disso, leia o interessante artigo que aborda as diferenças conceituais entre regulação e regulamentação do ensino privado.

Confira ainda as principais atividades desenvolvidas pela CONTEE no último período e, em destaque, informações sobre os principais resultados das Campanhas Salariais de 2010 de algumas das entidades filiadas à Confederação. Por fim, não deixe de ler o texto com dicas e reflexões sobre o uso de novas tecnologias na prática educacional.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith





Uma Conferência vitoriosa

A realização da primeira e história Conferência Nacional de Educação conquistou avanços importantes, como a inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional Articulado de Educação e deixou o desafio da implementação do Fórum Nacional de Educação – órgão que entre outras funções será responsável pela luta para garantir que as diretrizes aprovadas na CONAE sejam incorporadas na formulação do novo Plano Nacional de Educação.

Após mais de um ano de duro trabalho e dedicação de trabalhadores, estudantes, gestores, líderes dos movimentos sociais e dirigentes de entidades nacionais de educação, aconteceu em Brasília/DF, entre os dias 28 de março e 1º de abril, a primeira e histórica Conferência Nacional de Educação (CONAE). Convocada pelo governo federal, a CONAE envolveu aproximadamente um milhão de brasileiros ao longo do seu processo de construção e contou com a articulação de uma Comissão Nacional Organizadora, da qual a CONTEE fez parte, que trabalhou incansavelmente em busca da constituição de propostas unitárias e fundamentais para o futuro da educação no Brasil.

Durante a etapa nacional da atividade, cerca de três mil participantes, entre delegados e observadores, debatem, aperfeiçoaram e aprovaram novas e transformadores diretrizes para o setor educacional brasileiro, que devem a partir de agora fundamentar a criação do novo Plano Nacional de Educação – a ser implementado no período de 2011 e 2020. Somente por essa razão, a CONAE já poderia ser apontada como atividade de extrema relevância para o País. Mas essa atribuição não foi a única questão em destaque. Podemos ressaltar e comemorar importantes avanços conceituais, amadurecidos, contemplados – em muitos casos por consenso – e incorporados ao Documento Final da CONAE.

A inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional Articulado de Educação – admitindo, portanto, os mesmos critérios de qualidade e democracia, por exemplo – é uma vitória de grande impacto na história da república brasileira. Afinal, ainda lutamos, diariamente, para vencer as disputas ideológicas que rivalizam os setores públicos e privados e que, infelizmente, só atrapalham o nosso desenvolvimento.

A CONTEE sentiu-se plenamente contemplada com a aprovação de suas principais emendas – uma vez que submissão do setor privado às mesmas diretrizes de atuação da educação pública é bandeira pioneira e histórica da entidade. Além disso, grande

parte das demais propostas apresentadas pela Confederação foi aprovada por consenso já nas plenárias de eixos. “Conseguimos aprovar todas as nossas propostas mais importantes, fortalecendo a luta em defesa da educação pública e pela regulação do setor privado, integrando-o ao Sistema Nacional Articulado de Educação e



“A política educacional no Brasil é deslocada de um projeto de desenvolvimento nacional”, afirmou Madalena Guasco Peixoto.

A inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional Articulado de Educação é uma vitória de grande impacto na história da república brasileira.

tendo como parâmetros universais a qualidade, a valorização profissional e a gestão democrática nas instituições de ensino”, avaliou Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE.

Para o Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a inclusão do setor privado no Sistema Nacional foi um importante avanço da CONAE. Ele acredita que, em nome da qualidade da educação e considerando o Ensino Superior como um bem público, a regulação do setor se faz plenamente necessária.

É possível destacar ainda, como questão primordial da CONAE, a criação do Fórum Nacional de Educação, que de acordo com o texto aprovado na plenária final da atividade: “deve ter pelo menos as seguintes incumbências: convocar e coordenar as próximas edições da CONAE; acompanhar a tramitação do novo PNE (2011-2020) no Congresso Nacional; incidir pela implementação das diretrizes e deliberações tomadas nesta e nas demais edições da CONAE. A Composição do Fórum Nacional de Educação deve refletir

a composição da Comissão Nacional Organizadora. Nesse sentido, é importante que seja institucionalizada a prática de Conferências Municipais e Estaduais de Educação, como ocorrências em até quatro anos, que deverão preceder as conferências de educação, institucionalizadas com a finalidade de monitorar as diretrizes estabelecidas nas mencionadas Conferências, com a participação de todos os segmentos”.

Tivemos também a ratificação da necessidade de ampliação do investimento na educação pública, por meio da vinculação de um percentual de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação; regulação do setor privado, na perspectiva de combater a mercantilização e a desnacionalização da educação; a luta pela gestão democrática dentro das Instituições públicas e privadas de Educação Superior; e a defesa da destinação de 50% das verbas do fundo social do Pré-Sal para a educação brasileira.

Na avaliação do Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação e Coordenador da CONAE, Francisco das Chagas, a Conferência cumpriu o seu papel tanto com relação à mobilização de milhares de pessoas e lideranças do setor, quanto com a discussão do Sistema Nacional de Educação, que tratou de quase todos os temas relacionados à educação no País.

A luta que está por vir

O desafio que se avizinha para o próximo período parece mesmo ser o de garantir a inclusão das diretrizes e propostas aprovadas pelo coletivo da CONAE na formulação do novo Plano Nacional de Educação – a ser encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional. O MEC deve enviar a proposta de projeto de lei do novo Plano ao Congresso ainda no primeiro semestre, para que seja aprovado até o final do ano. Sendo assim, a efetivação do Fórum Nacional de Educação é medida que precisa ser encaminhada com urgência.

Para além da determinação de metas e referências quantitativas, será necessário ainda apresentar caminhos para a implementação do novo PNE. Essa foi, inclusive, a temática do discurso do Ministro da

Educação, Fernando Haddad, durante a solenidade de abertura da Conferência. Na ocasião, Haddad afirmou que não se pode fixar no PNE apenas metas quantitativas, “é preciso também fixar metas qualitativas e os meios para o cumprimento dessas metas”. O Ministro falou também sobre a necessidade de tratar a educação no seu conjunto. “Sem a educação infantil não há como avançar no ensino fundamental. Como pensar a educação superior e fundamental sem valorizar o elo que é o ensino médio?”, questionou. E finalizou: “É impossível crescer de forma sustentável, se não investirmos na formação de nossa gente”.

Participação ativa da Confederação na CONAE

Não somente ao longo do processo de preparação da CONAE – com a atuação destacada do Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE, José Thadeu de Almeida, como representante titular da entidade na Comissão Nacional Organizadora – como durante todas as etapas de construção da Conferência nos inúmeros municípios e estados da nação, a CONTEE teve participação ativa também nas atividades realizadas durante a etapa nacional da CONAE.

Nos colóquios, divididos por eixos temáticos, dirigentes da entidade participaram das discussões, levando ao conhecimento dos delegados e observadores presentes as bandeiras defendidas pelos trabalhadores em estabelecimentos de ensino. A Coordenadora Geral da CONTEE participou do colóquio: “Setor privado e educação: participação, regulação e papel do Estado”, juntamente como a professora e pesquisadora da Unicamp, Theresa Adrião; e da diretora de universidades privadas da União Nacional dos Estudantes (UNE), Joanna Parolli.



Thadeu e Madalena coordenam reunião da delegação da CONTEE na CONAE



O desafio que se avizinha para o próximo período parece mesmo ser o de garantir a inclusão das diretrizes e propostas aprovadas pelo coletivo da CONAE na formulação do novo Plano Nacional de Educação.

Em sua intervenção, Madalena fez um resgate histórico do conflito existente entre os setores público e privado no Brasil, afirmando que “a política educacional no Brasil é deslocada de um projeto de desenvolvimento nacional”. Destacou ainda que, com o avanço da concepção neoliberal no País, esse embate entre os interesses públicos e privados se acirrou com a liberalização da educação privada em contraponto à necessidade de regulação do setor. “Entre as consequências dessa liberalização, vemos atualmente a venda de ações de instituições de ensino superior na bolsa de valores, ou seja, a educação superior brasileira vem

sendo transformada em negócio de capital aberto, para o lucro de investidores nacionais e internacionais”, disse. Madalena ressaltou ainda o fato de que o setor privado de educação é muito organizado e tem atuação política. Sendo, portanto, imprescindível, unificar a luta contra os processos de mercantilização e desnacionalização da educação no Brasil.

Educação como bem público

Outro colóquio que contou com a representação da CONTEE debateu: “O papel do Estado na Garantia do Direito à Educação”. Na discussão, a Confederação foi representada pela assessora educacional da entidade, Aparecida Tiradentes. De acordo com Aparecida, “o que está em questão da CONAE é a concepção de educação como direito humano fundamental e não como serviço subordinado à lógica de produtividade, competitividade e meritocracia liberais”. Juntamente com a representante da CONTEE, compuseram a mesa: o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão; o vice-presidente da UNE, Tiago Ventura; e o Senador Cristovam Buarque.

Autonomia e qualidade da Educação Superior A questão da “Autonomia universitária e a Constituição Federal” foi o tema de outro colóquio que contou com a representação da Confederação. Neste debate, a Secretária de Comunicação Social da CONTEE, Maria Clotilde Lemos Petta, falou sobre as concepções e contradições do conceito de autonomia, em especial, nas instituições privadas de ensino superior. Participaram também deste debate a Secretária de Educação Superior (SeSu) do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci; o representante da UNE, Daniel Gaspar; e o Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino.

Maria Clotilde resgatou o histórico da luta em defesa da autonomia universitária travada por educadores brasileiros, desde a Constituinte até a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Para a

Secretária da CONTEE, vivemos hoje um momento importante na luta pela qualidade da educação. “Com o esgotamento do modelo neoliberal, podemos questionar qual é o tipo de instituição a qual se deve atribuir o status de universidade e que, portanto, terá a prerrogativa da autonomia. Afinal, o Brasil não tomou nenhuma medida contra a entrada de capital especulativo internacional nas IES, cujo modelo de educação superior é de qualidade rebaixada e de gestão autoritária. E, infelizmente, essas instituições estão hoje habilitadas para ter autonomia, sem qualquer premissa de gestão democrática ou qualidade”, ressaltou.

Já Secretária de Educação Superior do MEC afirmou que o Ministério em dirigido seus esforços para estabelecer um marco jurídico que seja possível dar conseqüência às avaliações da educação. “Um curso mal avaliado não pode continuar funcionando”, enfatizou. Segundo ela, este marco legal é capaz de balizar a oferta de cursos superiores de qualidade e, assim, relacionar a qualidade com autonomia – “que não por acaso reflete a gestão democrática”, como exemplificou. Dalari ressaltou que o MEC triplicou a sua verba durante o Governo Lula e, com isso, os investimentos na educação pública também aumentaram significativamente.



Colóquio debateu “Autonomia Universitária e a Constituição Federal”

A qualidade socialmente referenciada da educação

O tema: “Padrões de Qualidade para a Educação Básica e Superior: definindo os Referenciais e Garantindo a Efetivação deste Princípio Constitucional” foi debatido no Colóquio que contou com a participação do diretor da CONTEE, Reginaldo Meloni. Segundo ele, a qualidade da educação é associada ao domínio dos conteúdos, mas uma educação com qualidade social implica também na garantia do direito à educação para todos, na gestão democrática dos sistemas e das instituições e na avaliação emancipatória. “A avaliação emancipatória deve ser feita pela sociedade também nas instituições privadas, considerando os inúmeros aspectos que influenciam a qualidade da educação, como as condições de trabalho dos profissionais e o projeto político-pedagógico da instituição”, afirmou.

*“Conseguimos aprovar todas as nossas propostas mais importantes, fortalecendo a luta em defesa da educação pública e pela regulação do setor privado, integrando-o ao Sistema Nacional Articulado de Educação e tendo como parâmetros universais a qualidade, a valorização profissional e a gestão democrática nas instituições de ensino”
– Madalena Guasco Peixoto.*

Não há qualidade sem democratização do acesso

Já o Colóquio: “Consolidando a Educação Superior como Bem Público Social e Direito Humano” teve a participação do Coordenador Regional Centro-Oeste da CONTEE, Edson de Paula, que falou sobre a concepção de direito. Segundo Edson, é preciso que educação atenda aos interesses sociais e populares e tenha qualidade. Neste sentido, afirmou: “a primeira condição para educação de qualidade é o acesso. Não há qualidade, se a educação é excludente na sua concepção de política pública. Além disso, a escola deve ser democrática na sua gestão e nos seus interesses”.

Identidade profissional em pauta

O debate sobre: “Funcionários de Escola e Pessoal Técnico-administrativo: Formação e Identidade Profissional” foi prestigiado pelo Secretário de Assuntos Jurídicos da CONTEE, João Batista da Silveira. O Secretário fez um resgate histórico sobre a questão da identidade profissional, relatando os diversos encaminhamentos e debates sobre o tema já realizados no Brasil. Infelizmente, a regulamentação da categoria ainda não está dada, nem pelo Ministério da Educação nem pelo Congresso Nacional, restando, atualmente, às entidades representativas dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino,



como afirmou Batista, “regulamentarem o exercício e as funções da categoria via negociação direta com os sindicatos patronais e representantes dos donos das escolas privadas”. O dirigente ressaltou ainda que o processo ensino-aprendizagem também acontece fora da sala de aula, sendo, portanto, todos os trabalhadores envolvidos educadores.



A saúde no trabalhador tem limite

Já o Colóquio “Políticas de prevenção e de Atendimento à Saúde dos Trabalhadores em Educação” teve a participação do Coordenador Regional Sul da Confederação, Cássio Filipe Galvão Bessa. Para ele, duas



questões são cruciais para a oferta de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de saúde para o professor: a limitação do número de estudantes por turma e a garantia de tempo de preparação de aulas. Além de exames médicos periódicos. Cassio apresentou dados alarmantes de uma pesquisa feita pelo DIESAT (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador), em parceria com a FETEE-Sul, sobre a saúde dos professores e técnicos e administrativos que atuam no setor privado de ensino do Rio Grande do Sul. “O professor precisa de tempo e de saúde para ser professor”, afirmou.

Investimento e expansão da educação pública

Por fim, a diretora do Sinpro Minas, Celina Arêas, também representou a CONTEE na discussão sobre “Financiamento da Educação: Controle Social e Regulação dos Setores Público e Privado”. Celina enfatizou que a Confederação defende o investimento mínimo de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação. Também reafirmou a luta da entidade pela implementação do piso salarial do profissional nacional (Lei 11.7738/08); pela defesa ao direito ao acesso e permanência de todos ao ensino público, laico, gratuito e de qualidade em todos os níveis; destacando ainda o repúdio à implementação de programa equivalente ao ProUni no ensino médio. Ao final do Colóquio, foi exibido aos participantes o vídeo da Campanha da CONTEE “Educação Não é Mercadoria”.

A Confederação promoveu ainda duas mesas de interesse, sob os temas: “A desnacionalização da educação superior no Brasil” e “Condições de trabalho e saúde dos (as) trabalhadores (as) em educação”. E participou como convidada das discussões sobre: “Orientação para expansão da educação superior” e “A valorização profissional no Plano Nacional de Educação”. ●



Presidente Lula prestigiou a Plenária final da CONAE

A REGULAMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A EDUCAÇÃO PRIVADA NO BRASIL:

elementos para o debate pós-CONAE

Por Maria Clotilde Lemos Petta e Delaíde Arantes*

O presente artigo tem o objetivo de contribuir para o debate sobre novas questões relativas ao papel regulador do Estado, que apontam a exigência de novas estratégias na luta contra a mercantilização da educação.

Inicialmente, analisamos algumas questões relativas às políticas regulatórias educacionais que estão se desenvolvendo no Brasil, na vigência do governo Lula, à luz do conceito de regulação e regulamentação – implícito no ordenamento jurídico brasileiro. Consideramos que o cumprimento das exigências postas na Constituição Federal coloca em relevo que os estabelecimentos de ensino particulares são alcançados pelo Sistema Nacional de Educação, de acordo com as diretrizes recentemente aprovadas pela Conferência Nacional da Educação (CONAE).



Por último, tendo como referência o acúmulo histórico de lutas da CONTEE, procuramos apontar os desafios que se apresentam para a entidade na sua luta em defesa da educação como bem público, um direito subjetivo do cidadão, a ser assegurado pelo Estado. Neste sentido, destacamos como desafio a efetiva implementação das diretrizes aprovadas na CONAE. Consideramos ainda que, nesta conjuntura, a prioridade para o movimento social progressista deve ser uma atuação protagonista no processo eleitoral de 2010. A continuidade e aprofundamento das mudanças realizadas no governo Lula são condições essenciais para o estabelecimento da reforma educacional como prioridade no projeto de país soberano e democrático que defendemos.

I. O conceito de regulação nos estudos educacionais e o papel do Estado

A análise de políticas regulatórias exige a elucidação dos diferentes significados com que é utilizado o termo “regulação” nos estudos educacionais. O professor Barroso chama atenção para o fato de que, a partir dos anos 80, o uso do termo regulação está associado, em geral, às propostas de “modernização” de caráter neoliberal da administração pública, em oposição às práticas tradicionais de controle burocrático e regulamentação estatal. Neste contexto, considera-se que a regulação seria mais flexível na definição dos processos, enquanto a regulamentação se caracterizaria por uma rigidez burocratizada nos procedimentos. Barroso identifica ainda outro significado atribuído ao termo regulação. Neste caso, o termo é colocado como sinônimo de prática intervencionista das autoridades governamentais na prestação de um serviço público

ou privado. A regulação é entendida como o contrário de privatização. Em sua análise, o professor demonstra o caráter ideológico destas conceituações, que na realidade objetivam reforçar um modelo de Estado menos prescritivo e regulamentador (Barroso 2005). Neste quadro, é preciso recuperar o sentido original do termo regulação, não aceitando a falsa dicotomia, feita pelos neoliberais, entre regulação e regulamentação.

Pelas definições colhidas nos dicionários, regulação é ato de regular, modo de ajustar a ação às suas finalidades, através de definição de regras e normas. Sendo assim, tanto a regulação como a regulamentação têm o objetivo de definir e fazer cumprir regras para operacionalização dos objetivos. É possível afirmar que a regulamentação é um caso particular de regulação, pois regras são materializadas em leis, regulamentos e outras normas, com atribuições de valores em si mesmas, independentemente de serem colocadas ou não em prática.

O cumprimento das exigências postas na Constituição Federal coloca em relevo que os estabelecimentos de ensino particulares são alcançados pelo Sistema Nacional de Educação, de acordo com as diretrizes recentemente aprovadas pela Conferência Nacional da Educação (CONAE).

2. A regulação e a regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro

Com base neste referencial, a regulação é tratada no âmbito da intervenção do Estado como responsável pela condução das políticas públicas de educação. Na perspectiva jurídica, coloca-se o papel fundamental da legislação educacional como fonte de regulação. As normas constitucionais, que tratam da educação, são as fontes primárias da regulação e organização da educação nacional, pois por elas definem-se as competências constitucionais e atribuições administrativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Abaixo das normas constitucionais, temos as leis federais, ordinárias ou complementares, que regulam o sistema nacional de educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é considerada a lei maior da educação do País, situando-se imediatamente abaixo da Constituição – definindo as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira. Dado seu caráter de lei geral, diversos de seus dispositivos precisam ser regulamentados por meio de legislação específica de caráter complementar. Mas a principal medida de política educacional decorrente da LDB é o Plano Nacional de Educação. Sua importância deriva de seu caráter abrangente e de seu caráter operacional, já que implica a definição de ações, traduzidas em metas com prazos determinados, que a própria LDB definiu para o período de dez anos.

Assim, a legislação regulamentadora, ao contrário da legislação reguladora, não é descritiva, mas prescritiva, volta-se à própria práxis da educação. Os decretos presidenciais, as portarias ministeriais e interministeriais, as resoluções e pareceres dos órgãos do Ministério da Educação – como o Conselho Nacional da Educação ou o Fundo de Desenvolvimento da Educação – estabelecem como serão executadas as regras jurídicas ou das disposições legais contidas no processo de regulação da educação nacional (Saviani, 1999).

3. A educação na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional

A Constituição de 1988 destaca no título da Ordem Social um capítulo incluindo a Educação e preceitua no artigo 205 que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O mandamento constitucional do artigo 209 é no sentido de que: “O ensino é livre à iniciativa privada, desde que sejam cumpridas as normas gerais da educação nacional e o seu funcionamento seja autorizado e avaliado pelo poder público”, constituindo papel da União organizar o

A prioridade para o movimento social progressista deve ser uma atuação protagonista no processo eleitoral de 2010.

sistema federal de ensino, de modo a garantir iguais oportunidades educacionais e o padrão de qualidade do ensino.

Os princípios constitucionais imperativos ao ensino estão inseridos na Constituição no artigo 206, destacando-se entre eles, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a valorização dos profissionais do ensino e a garantia de padrão de qualidade. Não se tratam de concessão do Poder Público, mas de autorização, com a obrigatoriedade de as instituições privadas cumprirem as normas gerais da educação, de obter autorização de funcionamento do Poder Público, de ser por ele avaliada, exigência contida no artigo 209 – já referido. Além de demonstrarem viabilidade financeira, como exigida no artigo 7º, da LDB.

O cumprimento dessas exigências postas na Constituição Federal coloca em relevo, e sem dúvidas, que os estabelecimentos de ensino particulares são alcançados pelo Sistema Nacional de Educação, de acordo com as diretrizes recentemente aprovado pela Conferência Nacional da Educação, e, portanto, sujeitos às regulamentações do Poder Público.

4. Avaliação e processo regulatório da educação superior no governo Lula

A política educacional implantada no governo FHC caracterizou-se por uma opção clara do Estado pelo setor privatista, forjando no País, nas últimas décadas, um modelo de expansão marcado pelo avanço do processo de mercantilização da educação superior. No entanto, podemos, neste início do século XXI, identificar alguns sinais de crise deste modelo, embora ele continue dominante. Cresce o entendimento da necessidade de construção de modelos alternativos de regulação, que tenham como princípio a defesa da educação

como bem público, que cumpra função social sob responsabilidade do Estado.

Nos últimos anos, com a política adotada pelo governo Lula na área da educação, em que pese seus limites e contradições, implementa-se importantes iniciativas com objetivo de regulação da educação privada. O governo tem estabelecido um controle mais rigoroso sobre as IES, por meio de diretrizes constituídas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e de normativas de supervisão e regulação, elaboradas pelas secretarias do MEC – como a Secretaria de Educação Superior (Sesu) e Secretaria de Educação a Distância (SEED).

No entanto, apesar destes avanços, cabe registrar que a instituição de processo regulatório, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), ainda não foi integralizado, dificultando a efetiva aplicação de controle mais rigoroso. É preciso também

A continuidade e aprofundamento das mudanças realizadas no governo Lula são condições essenciais para o estabelecimento da reforma educacional como prioridade no projeto de país soberano e democrático que defendemos.

A regulação seria mais flexível na definição dos processos, enquanto a regulamentação se caracterizaria por uma rigidez burocratizada nos procedimentos.

considerar os limites de um processo regulatório com base em procedimentos regulamentados avaliativos. Verifica-se que, tanto em matéria educacional quanto trabalhista, a segurança jurídica será maior quando a norma passar pela discussão com a sociedade organizada, pelas casas legislativas e, uma vez aprovada, integrar o mundo jurídico – trazendo segurança aos atores sociais e à sociedade em geral.

Na prática, a regulamentação tem ocorrido de modo mais frequente, por meio de decretos e normativas, ao invés de projetos e leis discutidas com a sociedade e aprovadas pelo Congresso Nacional. O avanço educacional exige a superação dessa prática. O que implica na mudança da correlação de forças nas casas legislativas.

A composição do atual Congresso conta com um número elevado de parlamentares representantes dos interesses privatistas, que defendem a inteira liberdade da iniciativa privada e têm conseguido barrar projetos importantes de iniciativa do Executivo – a

exemplo do que trata da Reforma da Educação Superior (PL 7200). Este quadro coloca para os setores progressistas o desafio de eleger em 2010 parlamentares comprometidos com a urgente reforma educacional que o País necessita.

5.A atuação da Contee em sua luta pela qualidade do ensino e democratização da educação

Os trabalhadores da educação privada têm uma história longa de luta pela regulação do setor. Com a eleição de Lula e a nova conjuntura política, ampliaram-se os espaços de discussão democrática sobre os rumos da educação do País. Foi possível verificar também que os empresários da educação privada têm constituído espaços de articulação intra-setorial, na busca de encontrar unidade na sua ação. Estabelecendo uma pauta de intervenção junto ao poder Legislativo e Executivo, buscam defender seus interesses e fortalecer-se diante do Estado.

Neste cenário, a CONTEE considera ser necessário estabelecer novas estratégias de enfrentamento que superem o nível da resistência e apontem alternativas na definição de políticas de Estado para a educação. Entre outras ações, destaca-se a ocupação de espaços institucionais de elaboração de políticas públicas do Ministério de Educação (MEC) por meio de pareceres ao Conselho Nacional de educação (CNE), de atuação na Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni (CONAP) e na Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Além de unir esforços e fortalecer as bandeiras comuns das entidades ligadas à conjuntura educacional brasileira.

Neste momento, destaca-se ainda a luta histórica pela instituição de um Sistema Nacional de Educação no Brasil. Esta luta, desenvolvida numa

parceria entre o MEC, os sistemas de ensino, o Congresso Nacional, as entidades da sociedade civil e as entidades sindicais e acadêmicas, possibilitou o êxito da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em abril deste ano.

As emendas especiais para a CONTEE e suas entidades filiadas, apresentadas na Conferência, tiveram como princípio a defesa de que educação é, acima de tudo, um direito do cidadão e que, sendo assim, está sob a responsabilidade do Poder Público – cabendo ao setor privado apenas complementar essa ação. Afinal, o que rege o direito é o interesse social, sendo, portanto, o papel do Estado consequência da concepção da função da educação na sociedade.

Nesta conjuntura pós-CONAE, a expectativa das forças progressistas é de que o governo federal atual ratifique seu compromisso, transformando as deliberações desse fórum em diretrizes para a formulação das políticas públicas educacionais do País – a serem concretizadas na formulação de um novo Plano Nacional de Educação, a partir de 2011.

As entidades nacionais da educação participam deste processo, compreendendo a necessidade de cobrar dos gestores públicos o compromisso de assegurar as verbas necessárias para a educação. Isso significa mais investimentos no setor de forma geral, a fim de atingir o patamar mínimo vinculação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. Para isso, medidas concretas que garantam a priorização da educação na distribuição dos recursos do Pré-Sal podem alçar a educação brasileira a outro patamar.

Nesta conjuntura, cabe aos movimentos sociais e às centrais sindicais o protagonismo no processo eleitoral de 2010, com vistas a possibilitar a continuidade e o aprofundamento das mudanças que se desenvolvem no governo Lula. A recente crise financeira mundial, que afetou diretamente o modelo neoliberal, deve propiciar, por meio de um processo de revisão ampla do papel do Estado, a urgente reforma educacional como prioridade no novo projeto de País que defendemos. **C**

Referências:

BARROSO, João: Professor catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Artigo: O estado, a educação e a regulação das políticas públicas – Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005 725. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. “Legislação educacional” (verbeta). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.

SAVIANI, Demerval – “Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional - 3”. Ed rev. - Campinas, SP; Autores Associados, 2000(Coleção Educação Contemporânea).

São Paulo: Midiamix Editora, 2002.
<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=174>

No âmbito do Legislativo e Executivo, as principais normas da educação são: a Constituição (art. 205 a 214); a Lei 8.069/90; as Emendas Constitucionais n.º 11 14 e 53; as Leis 9.394, 9.424 e 10.172; o Decreto 2.264. A legislação e as normas legais e infralegais. Completas poderão ser acessadas no portal do Ministério da Educação: www.mec.gov.br.

** Maria Clotilde Lemos Petta é socióloga, professora licenciada pela PUC-Campinas e Secretária de Comunicação Social da CONTEE.*

Delaíde Arantes é advogada trabalhista, presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT) e assessora jurídica da CONTEE.



A árvore do nosso desenvolvimento

Boas sementes foram lançadas e cultivadas com a ação organizada de diversos setores da sociedade brasileira. Nossas raízes parecem firmemente estabelecidas em bases democráticas e sustentáveis. A estrutura sobre a qual cresce nosso frondoso País está pouco a pouco mais firme e transformadora. As primeiras seivas da educação de qualidade socialmente referenciada começam a nutrir o povo brasileiro com a oportunidade de uma formação cidadã. A partir de agora, sempre com muita luta, poderemos, enfim, iniciar a colheita dos melhores frutos do nosso desenvolvimento, com justiça social, educação emancipadora para todos e distribuição de renda.



Mais uma vez em sua história, o Brasil atravessa um momento de fundamental importância. Com a proximidade do final do segundo mandato do Governo Lula e a realização das eleições presidenciais em 2010, a sociedade brasileira se volta novamente para a discussão dos rumos que o País deve tomar e tem em suas mãos a oportunidade de decidir sobre o tipo de nação que irá construir e na qual desejará viver.

A grande diferença é que, desta vez, o Brasil vive uma realidade distinta. Nossa conjuntura é de boa estabilidade política e econômica, democracia consolidada e, em que pese a gama de dificuldades enfrentadas pela camada mais sofrida de nossa população, vislumbramos maior crescimento, com perspectivas positivas e um elevado grau de otimismo. Aquela semente, plantada com muita esperança há algumas décadas, que finalmente germinou lá pelos idos de 2002, parece agora pronta para começar a oferecer frutos saborosos.

Entretanto, há muito que se cultivar para que essa árvore de fato possa oferecer seus melhores produtos. E, frente a este cenário, a classe trabalhadora e as organizações dos movimentos sociais colocam-se novamente diante de um enorme desafio: lutar para que o País continue crescendo forte e determinado rumo a um tipo de desenvolvimento que alie o crescimento econômico com a melhoria das condições de vida da população. Ou seja, que se consolide sob alicerces que conjuguem fatores econômicos e sociais.

Para isso, e como não poderia deixar de ser, voltamos à discussão da importância e da necessidade de criação de um projeto de desenvolvimento para o País que seja adotado, de uma vez por todas, como uma política de Estado – a ser implementada para garantir a consolidação de uma nação justa, democrática e solidária – como tanto desejamos e trabalhamos para que seja possível.

Parece claro que não é apenas necessário que o Brasil tenha um projeto, ou seja, uma boa semente. É imprescindível que tenhamos um plano que preveja cuidados que levem em conta fatores capazes de permitir o crescimento adequado para que o País tenha condições de garantir a qualidade de vida à população, através da oferta indiscriminada de educação de qualidade, distribuição de

renda, trabalho decente e mobilidade social. A luta deverá estar calcada no compromisso incansável do Estado brasileiro com a classe trabalhadora.

E é neste ponto a educação fala mais alto, por desempenhar papel fundamental nessa empreitada. A priorização da educação como fator essencial para nosso desenvolvimento parece já ser ponto de consenso. Entretanto, acima de tudo é imprescindível estarmos certos sobre o tipo de educação capaz de garantir os resultados esperados. Queremos uma educação de qualidade socialmente referenciada, que além das questões pedagógicas envolva melhoria da formação dos docentes; a garantia de boas condições de trabalho; a democratização do acesso à educação pública; o aumento significativo de investimentos no setor público de ensino; a valorização profissional; a ampliação da capacidade de produção de pesquisa dentro das universidades brasileiras – direcionadas a temas de interesse nacional; entre outros aspectos de igual ou maior importância.

Para a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, “um projeto de educação tem de estar articulado a um projeto político e econômico, a uma concepção de desenvolvimento do País”. Neste sentido, as transformações na qualidade da educação superior também ganham relevo. Madalena destaca a necessidade de uma ampla reforma do ensino superior brasileiro. “Essa reforma tem de reorientar a educação superior para colocá-la a serviço de um projeto democrático de desenvolvimento nacional. Para isso, sua expansão tem de estar direcionada para um planejamento nacional, levando-se em consideração as necessidades regionais e, ainda, a complexidade da formação de profissionais, técnicos e cientistas”.

De acordo com a professora, é necessário que se estabeleçam padrões de qualidade, redefinindo a expansão do setor, fortalecendo, assim, a democracia e regulamentando a autonomia universitária – sob orientação das políticas de ensino, pesquisa e extensão. “A educação superior deve impulsionar a produção de conhecimentos, redimensionar a estrutura universitária no sentido de democratizá-la e de agilizá-la para que cumpra seu papel social, e que fundamentalmente democratize o acesso e permanência, colocando como meta principal a expansão da educação superior pública e gratuita”.

Avanços já alcançados

Frente ao desafio de transformar o Brasil no País que sua população merece, tivemos um importante avanço: a realização da Conferência Nacional de Educação, no final de março de 2010. Afinal, durante aqueles dias de debates, reflexões e deliberações, foram estabelecidas diretrizes claras para a criação de um Sistema Nacional Articulado de Educação, integrando os setores públicos e privados e colocando, enfim, o projeto educacional como prioritário para o desenvolvimento do Brasil – com base em critérios de colaboração entre os entes federados.

O avanço se deu também pela inédita mobilização da sociedade em torno da discussão da educação. “Durante as etapas preparatórias, que envolveram milhares de pessoas, atingimos uma mobilização nacional em torno da educação jamais vista na história do País. Se todos os envolvidos na Conferência se comprometerem com o seu resultado, teremos no Brasil um novo Plano Nacio-

nal de Educação- PNE, construído a partir de uma ampla participação social”, destaca Madalena. Durante a CONAE, foi ressaltado que a educação está associada diretamente com a formação de cidadãos críticos, emancipados e criativos, capazes de assumir seus deveres e cumpri-los de maneira plena e consciente – construindo uma nova sociedade.

Uma coisa é certa, a transformação do Brasil passa pela educação, que precisa hoje levar em conta as necessidades do País no século XXI, não apenas em relação às crescentes transformações mundiais, mas também à formação cidadã e humana. E, apesar da correção dos rumos feita no último período, ainda estamos distantes do ideal. Para o professor Pedro Demo, educador e sociólogo, “a política pública mais sensível para o desenvolvimento é a educação. Que tem avançado mais quantitativamente. Qualitativamente, nossas escolas oferecem uma aprendizagem que, eu diria, é miserável”.

Ele destaca que: “A educação tem um impacto enorme na produção de renda. É muito importante hoje na dimensão econômica. Você não faz uma boa economia,

competitiva, sem trabalhador que saiba pensar. Um trabalhador muito mais criativo, não só fazedor de coisa, cumpridor de ordem. Se quiser democracia, se quiser participação, se quiser distribuição de renda, tem que ser pela educação. O risco que corremos é o de cair no samba de uma nota só, de que educação faz tudo. É um curso de coisas, mas a educação tem um papel estratégico”.

Do caos à bonança

Dizem os mais experientes que a sabedoria está também em não desperdiçarmos as oportunidades. É por isso que, neste sentido, a crise financeira mundial, que teve seu auge ainda em 2009 e felizmente não foi capaz de afetar de maneira substancial o crescimento do Brasil, projetou novas condições na luta contra a implementação de políticas neoliberais. E essa é mais uma vitória a ser agregada ao projeto de desenvolvimento que sonhamos para o Brasil.

Diante disso, aqueles que baseavam suas propostas em políticas de privatização, esvaziamento de Estado e sucateamento das instâncias públicas de ensino, por exemplo,

encontram-se acuados – conscientes de que o modelo já aplicado no Brasil, em especial na educação, evidentemente não deu bons resultados. A população sabe disso, e não parece disposta a submeter-se novamente a esses conceitos tão cedo.

Para João Sicsú, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), “precisamos da continuidade desse projeto de desenvolvimento no qual o Estado tem um papel claro de liderar o crescimento com desenvolvimento social. Depende agora da reprodução desse projeto nos próximos anos. O pré-sal é um bônus que o Brasil ganhou e que pode ajudar o País a dar um grande salto.

Os frutos do futuro do Brasil

O Pré-sal e as campanhas pela ampliação dos investimentos em educação são fatores que prometem grandes resultados. Mas, acima de tudo, a luta do povo brasileiro e o empenho de cada cidadão e cidadã para garantir que não haja nenhum retrocesso político no País são condições primárias para que possamos colher as vitórias a partir do crescimento sustentável, com distribuição de renda, justiça social e soberania nacional. Resultados que serão fundamentais para alavancar o crescimento de toda a América Latina e exemplos para o mundo. Cabe, portanto, a cada um de nós tem poder e a responsabilidade pelo cultivo da árvore do desenvolvimento nacional – cujos frutos poderão ser finalmente divididos e saboreados por todos os brasileiros. ●



“Não há desenvolvimento sem distribuição de renda”

A Revista CONTEÚDO traz nesta edição uma entrevista exclusiva com o professor Emir Sader, sociólogo e secretário-geral da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). Ele fala sobre os desafios a serem enfrentados nas eleições de 2010, os cuidados com a imprensa hegemônica e os impactos políticos dos resultados eleitorais brasileiros na América Latina.

Arquivo Pessoal



O que é preciso para a criação de um novo projeto de desenvolvimento nacional?

Emir Sader – Desde que foi fundado um Estado nacional no Brasil, em 1930, no governo de Getúlio Vargas, a função essencial do Estado foi promover o desenvolvimento. O desenvolvimento é fundamental, sobretudo para países mais atrasados, como o Brasil era, e de alguma maneira ainda é. Isso ao longo do tempo sempre foi o objetivo central. O Brasil deixou de ser um país agrícola para ser um país industrializado. Deixou de ser um país agrário para ser um país urbano e foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Nas últimas décadas, houve um corte. Primeiro porque o Brasil estava devendo muito dinheiro – dívida que vinha da ditadura – e não tinha condições de pagar. Ali parou o desenvolvimento. Depois, com os governos Collor e Fernando Henrique, pior do que isso, aboliu-se a palavra desenvolvimento, como se o Brasil já tivesse chegado a tal grau que bastava estabilizar a moeda, acabar com a inflação, que o país progrediria, teria justiça social, renovação tecnológica, modernização. Mas não aconteceu nada disso.

Desapareceu a idéia de desenvolvimento e o

“A economia só voltou a crescer com o governo Lula. E não só voltou a crescer, como retomou a ideia de desenvolvimento, num sentido novo.”



Foto: Alerj/Rafael Wallace



Arquivo Pessoal

Brasil ficou estagnado, durante muito tempo. O Fernando Henrique promoveu três quebras da economia. Três vezes o Brasil não conseguiu pagar as suas dívidas, foi ao fundo monetário internacional, tomou dinheiro emprestado, assinou uma carta de compromisso que cortava recursos de políticas sociais, diminuiu os gastos públicos, aumentou as taxas de juros – tudo aquilo que fez com que o Fernando Henrique fracassasse e terminasse seu governo rejeitado totalmente. A economia só voltou a crescer com o governo Lula. E não só voltou a crescer, como retomou a ideia de desenvolvimento, num sentido novo. Antes havia somente a ideia de desenvolvimento econômico, agora a novidade radical é o desenvolvimento econômico e social. Não há desenvolvimento econômico sem distribuição de renda. E não é só por uma questão de justiça, mas também porque esse mercado interno de consumo popular é também um fator fundamental da economia. As grandes empresas se interessam em produzir para esse setor, porque percebem que tem poder aquisitivo. Mudou, pela primeira, a distribuição de renda no país.

O Brasil é o país mais injusto da América Latina, que é o continente mais injusto do mundo.

Então, o Brasil de alguma maneira é o país mais injusto do mundo. Não por ser mais pobre ou ser mais rico, mas por ser mais pobre e mais rico. E isso está começando a mudar. Nós estamos retomando a ideia de desenvolvimento não apenas como tema econômico, mas sim como algo indissociável, que é o desenvolvimento econômico e social. Desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

Qual o papel que a educação desempenha nesse projeto?

Emir Sader – Bom, em qualquer sociedade democrática a educação antes de tudo tem a função

de dar formação para as pessoas, dar qualificação, capacidade de apreenderem, compreenderem o mundo, absorverem a cultura do país, ler literatura, notícias. A educação em princípio não é um instrumento simplesmente para a pessoa ter alguma vantagem. Antes de tudo, é para a humanização das pessoas, a desalienação, a consciência social, o conhecimento sobre o mundo. A educação é uma formação humanista geral. Em segundo lugar, (é uma forma de) qualificar a pessoa para ter um tipo de trabalho, um tipo de emprego, que ela goste, entenda, que contribua para o país, que contribua para melhorar de vida, para ter acesso a bens essenciais que possibilitem ter uma vida, um emprego decente, com recursos básicos.

No caso de hoje no Brasil, há uma necessidade fundamental de educação, que tinha deixado de existir. Pois a economia começou a crescer, criou novos ramos, expandiu para novas regiões e para isso é necessário ter mais empregos, porque há novos setores na economia, em que é preciso qualificação, conhecimento, saber o que é internet, conhecer idiomas. (A educação) deve estar à altura do desenvolvimento diversificado que o Brasil está tendo. E o nível relativamente baixo da formação educacional brasileira se torna até um obstáculo para o Brasil crescer. Nós ainda temos dez milhões de pessoas analfabetas. Grande parte delas é, na realidade, idosa, mas é um problema sério. Nós não podemos ter o melhor método de luta contra o analfabetismo do mundo, que é o método Paulo Freire, e nos dar ao luxo de continuar a ter gente que não sabe ler. Isso é absolutamente inaceitável.

Portanto, é possível afirmar que a educação deve ser tratada como uma prioridade

para alcançarmos o desenvolvimento econômico e social?

Emir Sader – Sim, exatamente. Eu estive agora vendo as posições da Dilma (Rousseff) e (ela coloca) a educação e a cultura como temas fundamentais para o Brasil do futuro. A educação como forma de compreensão, de conhecimento, de formação, de qualificação. E a cultura como forma de afirmação da nossa identidade no mundo, de afirmação da nossa diversidade, da nossa forma de expressão.

Qual deve ser o papel das lideranças dos movimentos sociais e sindicais neste momento?

Emir Sader – Nós estamos decidindo este ano se o governo Lula será um parêntese na dominação das oligarquias

“Os jornalistas da Folha de São Paulo, do Estadão, da Veja não são mais jornalistas, são militantes políticos, membros de um partido.”



tradicionais ou se será uma ponte para a gente sair desse modelo econômico neoliberal instalado pelo Fernando Henrique e construir uma sociedade justa no futuro. Acho que esse é o tema essencial que está em decisão hoje. E a direita está tentando desviar a discussão para temas menores, de características pessoais. Já que em qualquer confrontação com o governo Fernando Henrique, o governo Lula os deixa em situação de inferioridade.

Temos que contribuir para que seja uma discussão substantiva. Questionar: que avanços na educação o Brasil teve e quais deve ter no futuro? Não para agradecer o que foi feito. Mas, sobretudo, para projetar a educação futura. Veja qual é a orientação dos tucanos, e do (José) Serra em particular, em São Paulo. É isso que nós queremos para a educação brasileira? Nós queremos a privatização da educação superior como aconteceu no governo Fernando Henrique, Paulo Renato e Serra durante os anos 90? Ou queremos a ampliação das vagas nas escolas públicas, o ProUni, a ampliação da quantidade de contratados nas universidades, a criação de novas universidades públicas? Temos que ajudar o povo brasileiro a decidir livremente, mas com consciência sobre os temas substantivos e não baseado no monopólio da imprensa privada, que tenta vender falsas alternativas para os brasileiros.

Neste sentido, qual a sua expectativa em relação ao papel que a imprensa hegemônica vai desempenhar nessa disputa eleitoral?

Emir Sader – A Folha de São Paulo é na verdade um partido político. Devido à fraqueza dos partidos de oposição, eles é que estão assumindo esse papel. Isso significa que os jornalistas da Folha de São Paulo, do Estadão, da Veja, não são mais jornalistas, são militantes políticos, membros de um partido. Então, não se deve levar em conta o que eles dizem, senão como boletins de campanha. Eles têm deslocado os temas essenciais para temas totalmente secundários e, freqüentemente, forjado (pautas) para tentar desviar a atenção. A tônica da campanha será fazer um balanço do governo de Fernando Henrique Cardoso, onde tucanos, DEM



“Há uma necessidade fundamental de educação, pois a economia começou a crescer e é preciso qualificação, conhecimento, estar à altura do desenvolvimento diversificado que o Brasil está tendo.”

“O Brasil de alguma maneira é o

Foto: Alerj/Rafael Wallace



“Se a Dilma ganhar, nós vamos derrotar toda uma geração da direita brasileira e abrir espaço para ser uma sociedade justa até a primeira metade do século”.

(Democratas), PPS (Partido Popular Socialista) estiveram, com apoio total da imprensa e maioria absoluta no Congresso. Eles fizeram o que quiseram do Brasil. E nós fizemos, com grandes dificuldades, por não ter maioria no Congresso e por ter toda a imprensa contra, o que nós fizemos nesses oito anos. Essa é a grande questão que eles querem fugir. Não são pessoas diferentes para fazer a mesma coisa. São pessoas diferentes para fazer coisas diferentes, muito contraditórias. Eles estiveram lá, fizeram o que bem entenderam e agora somos nós que governamos. Eles têm que aguentar a comparação.

Como a distribuição dos recursos do PréSal pode influenciar na construção e implementação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil?

Emir Sader –

Em primeiro lugar, está muito correto o governo fazer uma estatal, propriamente dita, para tomar conta do PréSal, porque o governo Fernando Henrique avançou no processo de privatização da Petrobrás. A Petrobrás tem uma parte substancial de ações vendidas na Bolsa de (valores de) Nova Iorque, privatizadas. Não é uma empresa totalmente de controle do governo e uma questão tão estratégica como o PréSal tem que estar nas mãos diretamente do governo. Em segundo lugar, está muito correto pensar em projetos estratégicos, para não ficar dilapidando esses recursos. Eu acho que é isso que o governo está fazendo ao garantir recursos fundamentais para a educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura. Isso vai garantir o futuro do Brasil e está em jogo nessa eleição. Se o Estado brasileiro vier a cair de novo nas mãos daqueles que tentaram privatizar a Petrobrás, imagine o que pode acontecer com os recursos do PréSal! É isso que está em discussão. O governo está priorizando os setores sociais, para ajudar a alavancar o Brasil em direção a consolidar

país mais injusto do mundo.”

a sua soberania, sua democracia, sua preparação para o crescimento econômico para se transformar na quinta economia do mundo. Isso será importante na campanha eleitoral.

Qual o impacto de possíveis mudanças na conjuntura política brasileira para a América Latina?

Emir Sader – Pelo peso e pela política que o Brasil tem, de alianças amplas – mais claramente delimitando contra o tratado de livre comércio e a favor da integração regional –, pelas alianças com o sul do mundo, prioritariamente, não com os países do centro do capitalismo, o Brasil desempenha o papel central nos processos de integração Latino Americana e no futuro desses processos. A Bolívia já definiu que ela quer continuar e consolidar esse processo de integração, o Uruguai também, o próximo passo é o Brasil. Não por acaso os países todos da

região estão voltados para o Brasil. Não por acaso o Evo Morales, o Hugo Chávez, o Fernando Lugo, o Rafael Correa, a Cristina Krishner, Cuba, todos têm candidato. Estão a favor da continuação dessa política, são a favor do apoio a Dilma Rousseff e sabem que disso depende o futuro da integração Latino Americana. Se ela ganhar, nós vamos derrotar toda uma geração da direita brasileira e abrir espaço para ser uma sociedade justa até a primeira metade do século. A mesma coisa em relação à América Latina, nós vamos ver se essa integração regional é um processo ainda instável e não consolidado ou, com a vitória da Dilma, se nós vamos consolidar isso e fazer da America Latina um orgulho nosso. É isso que será decidido nas eleições desse ano. ●

Alencar Roberto/Sinergia CUT



FEPESP: aumento real e trabalho tecnológico reconhecido

A Campanha Salarial 2010 coordenada pela FEPESP reuniu 28 sindicatos no Estado de São Paulo. Na pauta, o pagamento pelas atividades adicionadas ao trabalho docente pelas novas tecnologias, sobretudo as plataformas de interação em cursos presenciais e semipresenciais no ensino superior e educação básica. São novas atividades, realizadas a distância, que precisam ser regulamentadas. O professor está trabalhando mais e não recebe por isso.

A mensagem, sintetizada na figura do “Professor 30 horas”, foi traduzida com precisão no material institucional e teve repercussão inédita na grande imprensa. O Blog da Campanha, criado para ampliar a interação dos professores, teve mais de 500 participações. O site da FEPESP deu cobertura em tempo real, com pelo menos três pautas semanais.

Na educação básica, foi assinada Convenção bianual. As regras para o trabalho tecnológico serão



discutidas até novembro e implantadas em 2011. Na data base de março/2010, o reajuste é de 5,5%. Nos dois anos, reposição integral da inflação, aumento real e duas participações nos lucros, de 21% cada uma. No SESI/SENAI, reajuste de 6,5% e sete anos ininterruptos de aumento real. No ensino superior, as negociações seguiam inconclusas até o início de maio.

Mark Florest/SINPRO MINAS



Passeata organizada pelo Sinpro Minas

Sinpro Minas: Paralisação com vitória para os professores mineiros

Na Campanha Reivindicatória de 2010, o Sinpro Minas conseguiu mobilizar os professores para lutar por seus direitos e exigir uma educação de qualidade. Após três dias de paralisação, assembleias lotadas e passeatas pelas ruas de Belo Horizonte, o patronal (Sinep/MG) recuou na tentativa de retirar direitos históricos da categoria, como o adicional extraclasse, bolsas de estudo, adicional por tempo de serviço e outros direitos garantidos.

A Convenção Coletiva de Trabalho foi assinada com a manutenção das atuais conquistas e a recomposição salarial de 4,36% (INPC). “O movimento fortaleceu e ampliou a representatividade do sindicato junto à categoria e sociedade, contribuindo para romper a inércia e o medo dos professores em enfrentar as adversidades impostas pelos donos de escolas”, avaliou o presidente do Sinpro Minas, Gilson Reis.

SINPRO/RS E SINEPE/RS: CCT 2010 traz novas cláusulas

Tais Brandão/Sinpro/RS



Dirigentes sindicais defendem pauta de reivindicações em reunião com os patrões

Garantia de assessoria para os professores com alunos com deficiência; oferta anual de oficinas ou palestras específicas direcionadas aos cuidados com a saúde e prevenção de doenças dos professores; disponibilização aos docentes de equipamento de ampliação de voz sempre que o número de alunos exceder a 40, na Educação Básica, e 60, na Educação Superior; extensão do reembolso educação infantil também aos professores homens; e garantia da indisponibilidade dos professores da Educação Básica para o trabalho na última semana de julho, no recesso escolar. Esses são os conteúdos novos da Convenção Coletiva de Trabalho 2010, assinada pelo Sinpro/RS e Sinepe/RS em abril, que também garante a reposição de 4,77% aos salários, retroativo a março. O documento rege as relações de trabalho entre os professores e as instituições de ensino de Educação Básica e de Educação Superior no Estado do Rio Grande do Sul.

Campanha Salarial do Sintae/RS tem 5 etapas bem definidas

Pesquisa “Condições de Trabalho e Saúde dos Professores e Técnicos Administrativos das Instituições de Ensino Privado do RS” – realizada pelo Diesat/Feteesul possibilitou o estabelecimento de um critério técnico para a campanha; A pauta teve foco na saúde do trabalhador. Seu ato de lançamento mostrou a força da categoria com a presença de mais de 700 técnicos administrativos e está registrado como recorde no movimento gaúcho. Ao longo da Campanha, as diversas peças publicitárias em rádio, TV, mídia impressa, além das caixas de remédio e o coração de anti-estresse geraram forte impacto junto aos patrões.

Rodadas de negociação – os cinco encontros com o Sinepe/RS foram marcados pela insensibilidade patronal com relação a melhoria das condições de trabalho e saúde dos técnicos administrativos. A forte atuação dos trabalhadores não permitiu espaço para a retirada de direitos. Ao final, os técnicos referendaram a aprovação da Campanha Salarial 2010 com a aprovação em Assembleia Geral no dia 17 de abril.

Fernando Waschburger/Sintae/RS



Categoria aprova pauta da Campanha Salarial 2010

Professores conquistam aumento real e manutenção de direitos históricos

Em São Paulo, os professores da educação básica tiveram uma importante conquista na campanha salarial: aumento real de salário neste ano (e também em 2011) e a manutenção, por dois anos, de direitos históricos da categoria, como a garantia semestral de salários e o recesso escolar.

Os professores conseguiram também o reconhecimento dos padrões de que estão trabalhando mais em decorrência das novas ferramentas tecnológicas. As negociações sobre a forma como essa sobrecarga de trabalho deve ser remunerada será objeto de negociações por uma comissão especial com o sindicato patronal da educação básica para aplicação ainda na vigência bianual da convenção coletiva 2010-2011.

No Sesi e Senai, a vitória foi ainda maior: em 2010 os professores completaram sete anos consecutivos de aumento real. Já no ensino superior, a campanha salarial deste ano ainda não havia tido desfecho até o fechamento desta edição da CONTEÚDO, pois a intransigência patronal vinha dificultando o avanço das negociações. O SINPRO-SP está lutando para que o poder de compra dos professores seja preservado, assim como todos os direitos previstos na convenção coletiva de trabalho.

Arquivo Sinproep-DF



Dirigentes sindicais em rodada de negociação com o sindicato patronal

Sinproep-DF reivindica ganho real e aumento do piso

No final do mês de abril, a diretoria do Sindicato e a Comissão de Negociações reuniram-se com os representantes do Sindicato patronal do Ensino Superior para o início das negociações para renovação da CCT – 2010/2011. O Sinproep-DF encaminhou a pauta de reivindicações aprovada nos Seminários de Base. Por proposta do presidente Rodrigo de Paula, ficou garantida a data base durante o período de negociação. Além disso, a categoria reivindica a manutenção das cláusulas sociais da atual CCT, o índice de inflação pleno, ganho real de salário de 5% e aumento do piso salarial para R\$ 27,30.

A Comissão Patronal informou que as Mantenedoras encontraram dificuldades em analisar o documento na sua totalidade. Assim, foi sugerido que o Sinproep-DF listasse as reivindicações por ordem de prioridades. Novas rodadas devem definir o acordo no próximo período.

Sinpro-PE incorpora novas ferramentas à luta sindical

A Campanha Salarial do Sinpro-PE adquiriu novo formato em 2010 e consolidou sua metodologia de negociação. Entre os pontos já colocados em prática ou em processo de construção estão: a edição do Jornal Corujinha, específico com a pauta de reivindicação; assessoria técnica e política para o processo de negociação, através da objetividade, com foco na luta por melhores condições de salários, de saúde e na valorização profissional; formulação de novas cláusulas provenientes do Encontro do Setor Privado; calendário de visitas em todo o Estado de Pernambuco; e comunicação em diversos veículos, como rádio, internet, carros de som, SMS, informativo, outbus,

outdoor e televisão.

Entretanto, por mais importante que estes fatores sejam, a entidade ressalta que a participação da categoria é essencial. Para o Sinpro-PE, a luta por melhores condições de saúde é tão importante quanto o percentual de reajuste financeiro e, de acordo com a entidade, “muitas vezes boa parte da categoria acaba em hospitais ou em consultórios médicos devido ao esgotamento físico e mental. Isso sem contar o assédio moral que alguns professores sofrem nas escolas e a necessidade de reafirmação da nossa identidade de educador?”.

Feteerj comemora 25 anos em solenidade na Alerj

A Feteerj comemorou no dia 30 de abril, em cerimônia na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), os seus 25 anos. Em momento de fortes emoções, antigos e novos dirigentes lembraram os principais momentos da vida da entidade, destacando a decisão de fortalecer a organização dos professores na região.

A cerimônia foi prestigiada pelo presidente da CUT Rio de Janeiro, Darby Igayara, pelo diretor da CONTEE, Francílio Paes Leme, pelos deputados estaduais Alessandro Molon, Gilberto Palmares, Inês Pandeló, do PT; e Paulo Ramos (PDT). Um representante do MEC; Márcia Romualdo da Silva, da Secretaria Municipal de Educação; e o coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação, Vito Giannotti;



Cerimônia marca comemoração dos 25 anos da Feteerj

dentre outros, participaram do evento. Todos os sindicatos filiados à Feteerj enviaram representantes.

Na ocasião dos seus 25 anos, a Feteerj lançou uma revista contando a sua história. Todos os 50 convidados receberam a publicação, uma camisa com o logotipo comemorativo e uma bolsa ecológica. A Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do Rio de Janeiro (Feteerj) recebeu uma moção comemorativa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A iniciativa foi dos deputados Alessandro Molon e Gilberto Palmares, ambos do PT.



A quem interessa o “extremismo desestabilizador” da mídia

Por Venicio A. de Lima *

Será que existem condições para que o Brasil possa enveredar para um extremismo desestabilizador, fora do jogo eleitoral, como já ocorreu com a ativa participação de grupos conservadores da grande mídia, por exemplo, na Venezuela, em 2002?

Tenho dito e escrito reiteradas vezes que, apesar da inequívoca ampliação do espaço público do debate sobre a mídia no Brasil, sobretudo ao longo de 2009, a diversidade das posições e opiniões tem diminuído e há uma clara polarização e radicalização do processo.

São muitos os exemplos nos últimos anos. Lembro a proposta de criação de um Conselho Nacional de Jornalismo; a transformação da Ancine em Ancinav; o Decreto das RTVIs (retransmissoras de TV institucionais); o desequilíbrio evidente na cobertura sobre as novas regulamentações da mídia aprovadas em países latino-americanos e, talvez, os dois mais emblemáticos, a 1ª. Conferencia Nacional de Comunicação (Confecom) e a única diretriz de comunicação do PNDH-3.

No caso da Confecom, como se sabe, os principais empresários do setor, através de suas entidades representativas, se retiraram da comissão organizadora; omitiram a cobertura do rico processo de preparação e construção do evento em todo o país; e, ao final, satanizaram os resultados da Conferencia, em alguns casos, referindo-se a propostas que sequer existiam. Em relação ao PNDH3, da mesma forma, houve - e ainda prossegue - uma violenta reação da grande mídia a propostas que, em boa parte, apenas se referem à regulamentação das normas da Constituição de 1988.

A realização, no início de março, em São Paulo, do “Fórum Democracia e Liberdade de Expressão” pelo Instituto Millenium - uma espécie de “think tank” da direita brasileira - que reuniu a nata dos empresários da grande mídia e de seus colonistas; e as recentes declarações da presidente da ANJ,

assumindo, de maneira explícita, o papel de oposição ao governo que vem sendo exercido pela imprensa, revelam bem o tom de polarização e radicalização que alcançamos.

No Fórum, um dos expositores disse literalmente: “a imprensa tem que acabar com o isentismo e o outroladismo, essa história de dar o mesmo espaço a todos”. Outro afirmou: “a questão é como impedir politicamente o pensamento de uma velha esquerda que não deveria mais existir no mundo”.

No bojo deste processo, a liberdade de expressão tem sido não só identificada, sem mais, com a liberdade de imprensa, como a tese de que esta constitui um valor absoluto, passou a ser defendida, inclusive, pelo ministro Ayres Britto do STF. E tudo isso, sempre, em nome da liberdade de expressão e da democracia.



** Venício A. de Lima é Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília. Autor/organizador, entre outros, de “A mídia nas eleições de 2006” Editora Fundação Perseu Abramo - 2007*

Apesar da inequívoca ampliação do espaço público do debate sobre a mídia no Brasil, a diversidade das posições e opiniões tem diminuído e há uma clara polarização e radicalização do processo.



Será que existem condições para que o Brasil possa enveredar para um extremismo desestabilizador, fora do jogo eleitoral, como já ocorreu com a ativa participação de grupos conservadores da grande mídia, por exemplo, na Venezuela, em 2002?

Fenômeno universal?

Parece que o fenômeno da radicalização política, todavia, não está a ocorrer somente no Brasil. Juan Luiz Cebrián, fundador do El País, respondendo sobre o futuro dos meios de comunicação e o “fenômeno da desintermediação” trazido pela internet, comentou em entrevista recente ao O Estado de São Paulo:

“Estamos assistindo a um processo de radicalização das idéias políticas, que afeta o jornalismo. O que dizer do alinhamento da Fox com os republicanos para fazer oposição a Obama? O envolvimento da imprensa com a política é um fenômeno antigo. O que é novo é a instantaneidade, a globalidade e a capacidade de transmissão de dados que, por si só, configura um poder fabuloso”.

Estaria a radicalização política afetando o jornalismo ou estaria a crise generalizada porque passam os jornais - e consequentemente, o jornalismo - provocando alterações no comportamento da própria mídia dentro do processo político. Ou ambos?

Em entrevista publicada no Valor Econômico

(9 de abril de 2010), o historiador e cientista político Luiz Felipe de Alencastro, professor de História do Brasil na Sorbonne, falando sobre a atual conjuntura política brasileira, constata:

“O discurso (...) contra o sistema de cotas raciais nas universidades públicas indica uma guinada à direita da direita parecida com a dos republicanos nos Estados Unidos. Lá, esse extremismo empolgou o partido inteiro e pode desestabilizar o país. A falta de perspectiva da oposição cria um vácuo

para o radicalismo. (...) Novamente, o exemplo americano: fico impressionado não só com o radicalismo, mas com a histeria. Obama é chamado de Anticristo... O Brasil pode enveredar por aí. Brasil e Estados Unidos são países conservadores e precisam ter um partido conservador à altura. A desarticulação da direita não é bom sinal. É preciso uma alternativa conservadora que mantenha a insatisfação no jogo eleitoral”.

E especificamente sobre a grande mídia, disse ele:

“Normalmente, a imprensa defende a Constituição, reformas políticas, ideias. Não há nada errado, por exemplo, em apoiar candidatos. O “New York Times” apoiou Obama, mas tem um trabalho jornalístico sério e equilibrado.

Esse é o papel da imprensa, o que é diferente de querer substituir partidos políticos. Fiquei perplexo com o texto de uma coluna regular num grande jornal carioca que continha uma proposta partidária para o PSDB. O papel do jornalista não é redigir programas partidários”.

Extremismo desestabilizador?

Será que existem condições para que o Brasil possa enveredar para um extremismo desestabilizador, fora do jogo eleitoral, como já ocorreu com a ativa participação de grupos conservadores da grande mídia, por exemplo, na Venezuela, em 2002? A quem poderia interessar esse caminho não democrático?

A importância da grande mídia no mundo contemporâneo fez dela não só um ator fundamental, mas palco de disputas políticas e, sobretudo, eleitorais. Independentemente das estratégias de sobrevivência no mercado adotadas pelos grupos de mídia - uma delas, assumir a própria partidarização - os tempos são outros. É necessário que a grande mídia não continue na escalada da intolerância, estimulando o processo de polarização e radicalização da política.

Em ano de eleições, mais do que nunca, parece apropriado que se discutam publicamente essas questões. Ou o compromisso maior de todos, inclusive ou, sobretudo, da grande mídia, não é com a democracia? **C**

Fonte: Artigo publicado originalmente na Agência Carta Maior

A importância da grande mídia no mundo contemporâneo fez dela não só um ator fundamental, mas palco de disputas políticas e, sobretudo, eleitorais.

É necessário que a grande mídia não continue na escalada da intolerância, estimulando o processo de polarização e radicalização da política.



Unidade nas bandeiras da CONAE



Representantes das entidades nacionais de educação em reunião em São Paulo/SP

Capitaneada pela CONTEE, aconteceu no dia 11 de março, em São Paulo, uma importante reunião com as principais lideranças das entidades nacionais de educação, que antecedeu a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Durante o encontro, foram debatidas e traçadas estratégias comuns de atuação e intervenção na CONAE e também no período pós-Conferência.

Estiverem presentes, além da Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, o Secretário de Assuntos Educacionais, José Thadeu de Almeida e a Secretária Geral da entidade, Cristina Castro; o Presidente da CNTE, Roberto Leão; o Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Heleno Araújo;

o Secretário Geral da CNTE, Denilson Costa; o Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; o vice-presidente da UNE, Tiago Ventura; a primeira diretora de políticas educacionais da UNE, Laís Gouveia; a diretora de Comunicação da UBES, Ariana Souza; também representando a UBES, Gabrielle D'Almeida; e a diretora nacional da CUT, Lucia Reis.

As lideranças estabeleceram propostas e prioridades unitárias, ressaltando a importância da unidade em defesa de diretrizes que apontem para a consolidação da educação pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada, que certamente impulsionará o desenvolvimento do País.

Maira Soares/CONTEE



Seminário preparou delegação para a CONAE

Finalizando o trabalho realizado durante todo o processo de construção da CONAE, a CONTEE promoveu, nos dias 11 e 12 de março, também em São Paulo, o seu Seminário Nacional Preparatório para a CONAE. A atividade reuniu parte dos delegados que representariam os trabalhadores em educação do setor privado de ensino na etapa nacional da Conferência para discutir as propostas e estratégias de atuação da entidade. A CONAE aconteceu em Brasília, entre 28/03 e 1º/04, e reuniu mais de três mil participantes.

O Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação e Coordenador da CONAE, Francisco das Chagas prestigiou a abertura do Seminário e saudou a CONTEE pela dedicação durante o processo de construção da Conferência, tanto em relação à atuação da entidade na Comissão Nacional Organizadora, como nas etapas Estaduais e Municipais da CONAE.

Ao longo da atividade, cada um dos Eixos Temáticos da Conferência foi comentado, no sentido de detalhar as propostas prioritárias para a CONTEE. Ponto a ponto, as emendas de interesse dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino, bem como aqueles de interesse geral da sociedade, foram

destacadas.

A Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, fez uma avaliação da atuação da CONTEE e ressaltou: “somos o setor organizado que mais se aproximou da meta de número de delegados para a etapa nacional. Essa é uma vitória da CONTEE! Sabemos que a questão da educação é extremamente complicada, mas não existe tema mais amadurecido no Brasil e o documento referência da CONAE mostra isso”.

Atividade da IE debate compromisso com a prevenção a AIDS

Rosana Vilas/IE

Nos dias 15 a 17 de março, mais de quarenta dirigentes sindicais de entidades de educação de toda a América Latina estiveram reunidos, em São Paulo/SP, para a IV Oficina Regional de Avaliação de 2009 e Planejamento 2010 do projeto “Educação para todos (EPT) – HIV-SIDA”, desenvolvido pela Internacional da Educação.

O encontro analisou os avanços e conquistas do Projeto, que tem como objetivo o fortalecimento da educação pública na prevenção da doença. O Programa busca também conscientizar os trabalhadores em educação para que se previnam da doença, ao mesmo tempo em que possam levar informações à sala de aula



A CONTEE marcou presença na atividade e foi representada pela Secretária de Gênero e Etnia da entidade, Nara Teixeira. Segundo Nara, a luta pela conscientização da população sobre a importância da prevenção à AIDS (HIV-SIDA) é fundamental e deve ser assumida como prioridade pelas entidades de educação.

IE discute fortalecimento sindical

Arquivo CONTEE



Secretárias da CONTEE prestigiam atividade do IEAL

Com o objetivo de analisar o contexto regional e reafirmar o fortalecimento da ação e organização sindical na América Latina, a Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) realizou, entre os dias 10 e 12 de março, na capital paulista, seu primeiro seminário, nos países do Cone Sul, sobre o projeto “Processos de integração regional e fortalecimento sindical”, em parceria com a FECCOO, FPS e AEICI, e cooperação do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Participaram do encontro as entidades brasileiras: CONTEE, CNTE e Proifres; além

das argentinas: CTERA, CEA e CONADU; e da chilena CPC. O debate tratou sobre a maneira como as organizações sindicais devem agir para fortalecer as entidades e suas estruturas de gestão política, para que possam concretizar seus objetivos institucionais em defesa da educação pública.

Durante a atividade, a Secretária geral da CONTEE, Cristina Castro, falou sobre a necessidade de “articular as entidades da educação da América Latina para enfrentar a mercantilização da educação”. Também representou a CONTEE no Seminário, a Secretária de Formação e Políticas Sociais da entidade, Rita Fraga. Ambas participaram como relatoras nos grupos de trabalho do encontro.

Materiais e estande da CONTEE foram sucesso na CONAE

A atuação da CONTEE durante a realização da etapa nacional da Conferência Nacional de Educação, realizada em Brasília entre 28/03 e 1º/04, contou com importantes reforços. A qualidade dos materiais preparados e distribuídos na atividade e o ótimo estande da entidade, montado no pavilhão da CONAE, mereceram elogios e cumpriram a tarefa fundamental de subsidiar debates, divulgar as ações e lutas da CONTEE e também apoiar a delegação de trabalhadores em estabelecimentos de ensino presente na Conferência.

Responsável pelo estande, a Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, ressaltou a relevância do espaço. “O sucesso de nosso estande é também o reflexo de nossa excelente atuação na CONAE. Nossos materiais foram muito disputados, como as peças da Campanha “Educação Não é Mercadoria” – em especial a nossa camiseta –, os materiais da Campanha de Saúde do Trabalhador e a Revista CONTEÚDO.”

Augusto Coelho/CONTEE



Participantes da CONAE visitam Estande da CONTEE

CONTEE participa de atividades sindicais em Portugal



Diretores da CONTEE e presidente da CNTE durante X Congresso da FENPROF

No mês de abril, representantes da Confederação estiveram em Portugal para prestigiar atividades relacionadas à questão educacional e sindical, realizadas no país. No dia 22/04, aconteceu, na cidade de Montemor-o-Novo, o Seminário Internacional Sindical Docente, promovido pela Federação Nacional dos Professores – FENPROF. A atividade reuniu representantes de entidades sindicais de diversos países e teve como tema: o sindicalismo docente em tempo de globalização. Em seguida, nos dias 23 e 24/04, aconteceu o 10º Congresso eleitoral da mesma FENPROF.

Representaram a CONTEE nas atividades: a Secretária Geral da entidade, Cristina Castro; a Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga Zambon; e o Secretário de Organização e Políticas Sindicais, Fábio Zambon.

Durante o Seminário, o professor Zambon relatou a realidade educacional do setor privado no Brasil, apresentou informações sobre o avanço da privatização da educação superior, em especial na década de 1990, e falou ainda aos companheiros sobre a Campanha desenvolvida pela CONTEE: “Educação não é Mercadoria”.

Já a professora Cristina Castro destacou importância da “unificação de bandeiras, com a internacionalização da luta dos trabalhadores e dos desafios para a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária”. A CONTEE participou ainda da 3ª Conferência Sindical da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Sindical de Educação (CPLP-SE) – ocorrida em Lisboa, no dia 26/04.

TV
online

contee

Novidade na Comunicação

Uma novidade promete alavancar a qualidade da comunicação da Confederação: o lançamento da TV CONTEE Online. Veiculado no próprio Portal da CONTEE, o Programa será bimestral e terá pauta variada, levando aos usuários informações importantes para a luta sindical, em defesa da educação e dos direitos dos trabalhadores do setor privado de ensino.

Utilizando a mais avançada tecnologia e linguagem adequada para exploração de conteúdos multimídia, a TV CONTEE Online quer levar informação de qualidade às entidades filiadas, às respectivas categorias e a sociedade brasileira como um todo. Portanto, fique ligado! A primeira edição da TV CONTEE Online entra no ar no mês junho.

Educação na pauta. **Positiva**

Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:

Unasul quer melhorar a qualidade do ensino superior no continente

Os presidentes e chefes de Estado que participaram da cúpula da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), realizada em Buenos Aires, decidiram que é preciso melhorar a qualidade do ensino superior no continente, adotando critérios comuns para os órgãos que cuidam do setor em cada país membro. A certificação da qualidade nos 12 países que fazem parte do bloco é um dos itens que constam do tratado, criado pelo cúpula, assinado em Brasília/DF, em 2008. O Conselho Sulamericano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação ficou encarregado de analisar o assunto. Um dos primeiros passos será formar uma equipe de trabalho composta de profissionais especializados que deverá apresentar um relatório sobre a situação do ensino superior na região e uma lista de sugestões para sua melhoria. ***Com informações da Agência Brasil***

Implementação de comissões locais de controle do ProUni

A Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni – da qual a CON-TEE faz parte – está trabalhando na implementação de comissões locais em todas as Instituições que integram o Programa. As comissões locais deverão ser compostas por representantes das mantenedoras, professores e estudantes e terão a função de acompanhar todo o processo que envolve o ProUni dentro de cada IES. Como, por exemplo, averiguar possíveis casos de estudantes que estejam fora dos critérios exigidos e que eventualmente tenham sido contemplados com bolsas ou de mantenedores que passam a cobrar mensalidades e taxas de estudantes que supostamente tenham conseguido aumentar a sua renda, durante o curso, ou mesmo aqueles que impedem os bolsistas de participarem de cursos de iniciação científica.

PL Paes Landin é rejeitado na Câmara

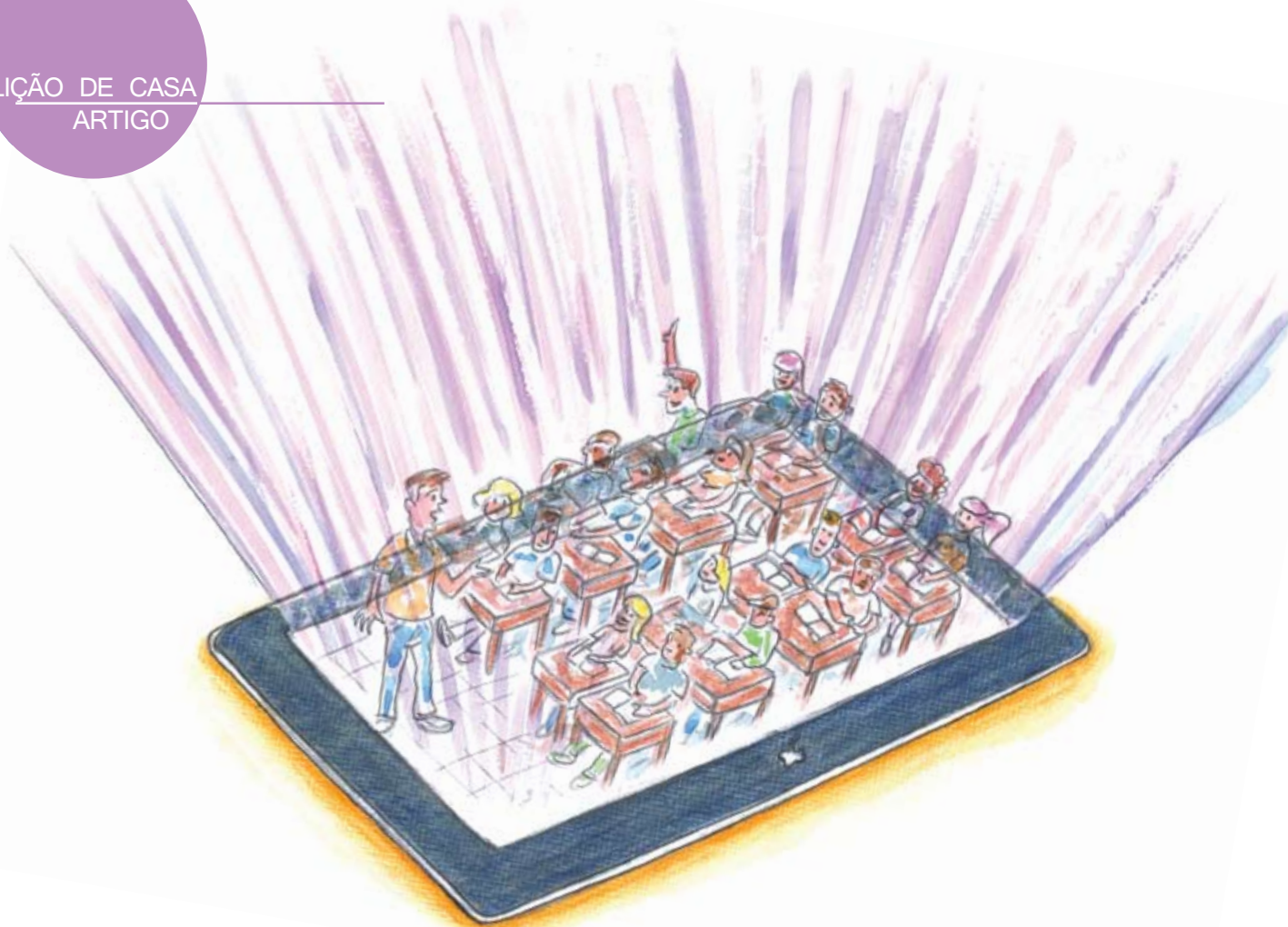
Uma importante vitória para os professores que trabalham na educação privada foi alcançada no último dia 14 de abril, quando a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 337/2003, de autoria do Deputado Federal Paes Landin (PTB/PI). O PL alterava todos os artigos da CLT que disciplinam o trabalho docente, desregulamentava a contratação de professores, legalizava o trabalho extraordinário, sem o adicional constitucional de 50%, instituía o adicional noturno apenas a partir das 23 horas, permitia a redução unilateral da carga horária (e dos salários) pela escola e criava possibilidade de demissão sem o saque do FGTS. Na ocasião, os deputados aprovaram o parecer do Deputado Federal Vicentinho (PT/SP), que pedia o arquivamento do projeto. A proposta tramita desde 2003 e já havia sido rejeitada na Comissão de Educação, em 2004. Agora, se não houver recurso, ela poderá ser definitivamente arquivada. **Com informações da FEPESP**

Desafios para a *noossa luta*

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Entre eles, destacamos um aspecto negativo, em especial, que exigirá atenção redobrada:

Imprensa mente sobre resultados da CONAE

Pior do que a indiferença da grande imprensa diante da realização da primeira e histórica Conferência Nacional de Educação (CONAE) foi a conduta adotada por grande parte dos veículos de comunicação de massa após a realização da atividade. Sem terem enviado sequer um único repórter para a cobertura da CONAE, jornais e televisões do País trataram de repercutir informações falsas sobre as discussões e propostas aprovadas, com o claro objetivo de deslegitimar e desmerecer a Conferência. Entre as mentiras divulgadas, surgiu a informação de que teria sido aprovada uma proposta de criação de uma agência reguladora para o setor educacional – o que não aconteceu. Tais falácias não foram desmentidas. O que nos faz constatar o comprometimento ideológico da imprensa brasileira – voltado exclusivamente aos interesses privados. Além de seu partidarismo e sua conduta tendenciosa e, pior, incompetente.



A Moodle na escola - Potencialidades e desafios

Por Maria Elisabete Bersch*

Atividades práticas como comunicar-se rapidamente através de correio eletrônico, trocar mensagens pelo celular, navegar entre os infinitos bits de informação que trafegam pela rede, expressar opiniões através de blogs, interagir por meio do MSN, de salas de bate-papo e de páginas de relacionamento social como o Orkut estão cada vez mais, por um lado, inseridas no cotidiano de um crescente número de jovens e crianças. Por outro lado, distanciam-se da realidade de grande parte da população brasileira. As atividades citadas são algumas das práticas possibilitadas pelas tecnologias comunicacionais de rede, que vêm impulsionando o desenvolvimento de novas formas de o ser humano fazer-se presente e atuante na sociedade.

As tecnologias de rede promovem modificações constantes e profundas na sociedade, incidindo sobre as relações interpessoais e de trabalho, as formas de comunicação e a maneira de lidar com a informação e de promover o desenvolvimento do conhecimento, e, portanto, sobre a escola. Neste último aspecto, não apenas o conteúdo que

compõe o currículo escolar é questionado, mas principalmente o papel social dessas instituições e as concepções de ensino e aprendizagem.

Conforme Pozo (2002), cada sociedade desenvolve uma cultura própria de aprendizagem, transformada continuamente, na medida em que o contexto social se modifica. Assim, numa sociedade dinâmica, também a cultura da aprendizagem está em constante transformação. As novas gerações, ao apropriarem-se das diferentes tecnologias que permeiam a sociedade, desenvolvem novas habilidades por meio das quais percebem o mundo e aprendem, desafiando as escolas a repensar o seu fazer pedagógico.

Atualmente é imprescindível para o exercício da cidadania, a habilidade de conhecer e compreender as diferentes linguagens utilizadas no ciberespaço, sabendo como são produzidas e manipuladas as informações, desenvolvendo a competência da leitura crítica da linguagem hipermídia.

É fundamental, portanto, que o educando tenha a oportunidade

de desenvolver a capacidade de expressar-se por meio dessas linguagens, de vivenciar diferentes possibilidades de interação, conviver e discutir com a reorganização social do tempo e do espaço, com a multiplicidade de culturas que permeiam a rede, com os crimes e problemas éticos e também com as relações de poder que se fazem presentes através da internet.

A esses argumentos, pode ser acrescido o fato de a internet constituir um dos principais espaços de armazenamento, acesso e socialização de informação, e, portanto, mesmo que o excesso de informação e o lixo gerem problemas, é um espaço favorável ao estudo e à aprendizagem. Nesse sentido, torna-se necessário aprender a localizar fontes confiáveis, selecionar, comparar e analisar informações e, principalmente, construir e assumir-se enquanto autor dos próprios conhecimentos.

Apropriar-se das tecnologias digitais de informação e de comunicação junto ao processo educativo, portanto, mais do que trazer recursos modernos para a sala de aula, implica aproximar a escola da vida, promover o desenvolvimento de uma nova postura em relação ao conhecimento. É uma das formas de fazer essa apropriação ocorre por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) e de redes informatizadas que, conforme Bersch (2009, p. 4), “ao dinamizar o acesso à informação, ampliam as possibilidades de construção cooperativa de conhecimentos através dos recursos comunicacionais, favorecendo a renovação das práticas pedagógicas”.

Um dos grandes ganhos da utilização de AVAs na educação é a facilidade com que as produções de cada aluno podem ser conhecidas e discutidas pelos colegas. A proposição de atividades através das quais alunos e professores exponham mais o seu pensar, confrontando seu posicionamento com o dos demais participantes, desafia-os a assumir maior responsabilidade por suas produções, exercitar o diálogo, conviver com a crítica e argumentar, promovendo, assim, uma postura diferenciada em relação ao saber, fomentando a consciência do ser humano como agente construtor de conhecimento, mais do que consumidor de informações.

As tecnologias de rede promovem mudanças na sociedade, nas relações, na forma de lidar com a informação e de promover o conhecimento. Portanto, transformam a escola.

Congregar espaços físicos e virtuais na constituição de ambientes educacionais permanentes e potencializadores do processo de construção de conhecimento tem despontado como uma tendência e um grande desafio da educação nos contextos socioculturais atuais. Ambientes virtuais de aprendizagem facilitam esse processo na medida em que reúnem um conjunto de ferramentas que permite a disponibilização de materiais diversificados, a proposição, a realização e a avaliação de múltiplos tipos de atividades.

Desafios do uso de ambientes virtuais na educação

O moodle é um dos muitos ambientes virtuais desenvolvidos com fins educacionais. Em virtude de sua flexibilidade, pode ser utilizado com diferentes propósitos, constituindo, desde um recurso para facilitar a veiculação e a disponibilização de informação e materiais, até favorecer o desenvolvimento de situações complexas de construção do conhecimento. No entanto, introduzir o uso de ambientes virtuais nas escolas não pode ser visto apenas como a utilização de um recurso tecnológico a mais nesse contexto, mas sim como a promoção de uma mudança junto ao processo educacional. E é preciso considerar que toda mudança requer planejamento e envolve ações e aprendizagens por parte do professor, da escola e dos estudantes. A falta de planejamento ou mesmo o planejamento deficiente podem incorrer em problemas posteriores como a dificuldade de manter ambientes atualizados, sobrecarga de trabalho e frustração.

Um dos aspectos que deve ser levado em consideração por ocasião do planejamento de cada novo projeto nos ambientes virtuais é o tempo necessário para sua organização e manutenção, assim como para o acompanhamento das atividades que serão realizadas. Outro elemento que merece destaque é a organização de uma estrutura e equipe de apoio que auxilie no desenvolvimento de materiais mais complexos e esteja preparada para orientar alunos e professores no que se refere a dificuldades tecnológicas. Uma das funcionalidades dos ambientes virtuais é colocar à disposição dos

alunos, entre outros, textos e arquivos multimídia ou links que versem sobre os temas em estudo. Nesse caso, o objetivo é utilizar materiais instrucionais que os educadores considerem confiáveis em termos de qualidade, pertinentes e adequados para as necessidades educacionais do grupo, não havendo preocupação em promover interação entre os participantes.

Se essa for a prioridade no uso do moodle, ao planejar as atividades é preciso definir: a) como será organizado o espaço (cada turma terá um ambiente próprio? Ou os materiais serão organizados por área de conhecimento? Serão espaços interdisciplinares?); b) quem será responsável por elaborar ou selecionar e adequar os materiais a serem disponibilizados e quando o fará; d) que mídias poderão ser utilizadas (tendo em vista os recursos tanto da escola quanto da comunidade escolar); e) quais os cuidados necessários em relação a direitos autorais e de propriedade intelectual.

Também é possível encaminhar, através do moodle, atividades (autocorrigíveis ou não) e propostas de trabalho di-

versificadas. Essa mudança de enfoque demanda outra forma de planejar o uso do ambiente, pois além das questões anteriormente levantadas, outros fatores devem ser considerados. Um deles se refere ao acompanhamento dessas atividades, ou seja, além de preparar e disponibilizar os materiais, é preciso pensar em estratégias que deem condições para que os professores acompanhem as atividades realizadas e postadas pelos alunos no ambiente.

Outra potencialidade do uso dos ambientes virtuais de aprendizagem é ampliar as possibilidades de troca entre os participantes através das ferramentas de interação, favorecer a socialização dos trabalhos realizados pelos alunos, bem como apoiar a realização de projetos de aprendizagem que envolvam, por exemplo, alunos de diferentes turmas e até de escolas distintas. A complexidade da organização de ambientes é bem maior, pois, embora possa envolver menor quantidade de materiais pré-prontos, requer ainda maior atenção e presença do educador na promoção da interação, no acompanhamento sistemático das atividades

desenvolvidas, na avaliação dos materiais postados por todos os participantes e na orientação do planejamento do grupo de alunos, objetivando o desenvolvimento de maior autonomia e do crescente comprometimento mútuo entre os alunos.

O papel do professor, nesse contexto, passa a ser de copesquisador e mediador das atividades desenvolvidas. Novamente fazem-se necessárias as definições: quem, quando, como, em que condições e com que estrutura de apoio. Nesse sentido, algumas escolas introduzem em seu currículo um espaço (como componente extracurricular, ou como disciplina) para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, outras disponibilizam algumas horas para alguns profissionais coordenarem a organização desses ambientes e auxiliarem no preparo de materiais. Em qualquer uma das situações mencionadas, é fundamental que a opção pelo uso de ambientes virtuais não seja apenas uma decisão, mas também um compromisso institucional que se reflete em ações que apoiem os professores na proposição de mudanças na prática pedagógica. A utilização de AVAs no contexto educacional consiste também em um desafio para professores e alunos, que precisam estar abertos a novas aprendizagens.

Uma dessas aprendizagens, conforme apontam Palloff e Pratt (2002), consiste na organização em relação ao tempo. A gestão do tempo diminui o risco de gerar sobrecarga de trabalho, tanto para os alunos quanto para os professores. Envolve, entre outras, a necessidade de organização para dar conta de um volume maior de leitura e escrita, e da organização dos



O desafio da educação é congregar espaços físicos e virtuais na constituição de ambientes educacionais permanentes e potencializadores da construção do conhecimento.

materiais, no desenvolvimento do hábito de ler as contribuições de um fórum antes de incluir novas mensagens evitando tornar-se repetitivo, na habilidade do grupo em manter o foco das discussões e de estabelecer prioridades. Utilizar o moodle não significa estar à disposição 24h, embora essa possa ser a expectativa de alunos e professores. Para evitar a frustração de não ter retornos tão imediatos quanto imaginados e a angústia por nem sempre conseguir responder prontamente a cada uma das solicitações, os autores recomendam estabelecer horários, objetivos e formas como será utilizado o ambiente.

De acordo com Palloff e Pratt (2002), outra aprendizagem necessária a todos os participantes diz respeito ao desenvolvimento da habilidade comunicacional escrita, o que inclui aprender a lidar com questões emocionais e fazer-se presente mesmo sem responder a todas as mensagens. Em atividades realizadas por meio de fórum de discussões, muitos alunos esperam resposta do professor para todas as suas mensagens. É preciso ajudá-los a entender que a interação com o grupo é

tão importante quanto a que se estabelece entre professor e aluno, a reconhecer e aprender com os questionamentos e as intervenções realizadas pelos pares e com as mensagens direcionadas para os colegas.

Considerações finais

A utilização do moodle, assim como de outros AVAs, oportuniza a organização de espaços potencializadores do processo de aprendizagem. Contudo, a apropriação desses recursos somente contribuirá com a qualificação do ensino na medida em haja planejamento adequado e comprometimento mútuo das equipes diretivas e professores, propiciando condições para o desenvolvimento de mudanças nas práticas pedagógicas. ◉

** Maria Elisabete Bersch é Mestre em educação e Professora do centro universitário Univates.*

Bibliografia

BERSCH, Maria Elisabete. *Avaliação da aprendizagem em educação a distância on-line. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.*

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.*

POZO, Juan Ignacio. *Aprendizes e Mestres: A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.*

Notas

2 O conceito de rede é abordado no livro *Tramas da Rede*, organizado por Parente (2004) numa perspectiva que concebe as redes em sua historicidade, estabelecida pela humanidade desde seus primórdios. O advento da telemática, ao potencializar a comunicação distante, amplia as possibilidades na consolidação de redes cujas relações se estendem para além dos limites geográficos.

Artigo publicado originalmente na Revista Textual, publicação semestral do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, Volume 1, número 12, outubro de 2008, páginas 18 a 21.



Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br